



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2023.0000186634

0009494-39.2022.8.26.0026

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0009494-39.2022.8.26.0026, da Comarca de Bauru, em que é agravante PAMELA MAIARA TURATTI, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores NÚOVO CAMPOS (Presidente) E RACHID VAZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 13 de março de 2023.

ULYSSES GONÇALVES JUNIOR

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Agravo de Execução Penal 0009494-39.2022.8.26.0026

Juízo de origem: Bauru/DEECRIM UR3/Unidade Regional de Departamento Estadual de Execu

Agravante: Pamela Maiara Turatti

Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Juiz de 1ª Instância: Josias Martins de Almeida Junior

Voto nº 5.862

Cuida-se de recurso de agravo de execução penal interposto por ***Pamela Maiara Turatti*** contra a decisão colacionada às fls. 6/7 proferida nos autos do Processo Digital nº: 0008990-33.2022.8.26.0026, datada de **16/12/2022**, pelo MM. Juiz de Direito do DEECRIM da 3ª RAJ da Comarca de Bauru - SP, que indeferiu o pedido de prisão albergue domiciliar, considerando que *"não há nenhum fator de risco que justifique a excepcionalidade para conversão em prisão domiciliar"*.

Inconformada, recorre a agravante argumentando que a agravante está grávida, com 07 (sete) meses de gestação (em 19/12/2022), e possui um filho de 07 anos, do qual tem a guarda unilateral e depende, única e exclusivamente, de seus cuidados.

Requer, dessa forma, a concessão da prisão albergue domiciliar (fls. 1/5).

Contraminutado o recurso (fls. 12/13), não sobreveio retratação judicial (fl. 15).

A Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pelo improvimento do agravo (fls. 24/27).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

É RELATÓRIO.

O recurso não procede.

Pelo que se verifica dos autos, a agravante cumpre a pena de 7 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, em regime fechado, mais o pagamento de 729 dias-multa, pela prática do crime do artigo 33, caput, c/c artigo 40, inciso VI, ambos da Lei nº 11.343/06, tendo sido negado provimento ao recurso ao recurso de apelação em 1º/8/2022, em sessão permanente e virtual dessa 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Criminal nº 1500603-05.2019.8.26.0302).

Sustenta que faz jus a prisão domiciliar por estar grávida de 7 meses, bem como ser a única responsável por seu outro filho que possui 7 anos.

Contudo, mostra-se acertada a decisão do Juízo de origem ao indeferir o pedido formulado pela agravante, já que não há fundamento legal para a concessão de prisão domiciliar, observado o *Habeas Corpus Coletivo* nº 143.641, cabe dizer que, trata-se de sentenciada em cumprimento de pena definitiva, no regime fechado, logo, não preenche as hipóteses taxativas do art. 117 da LEP, em que somente se admitirá o recolhimento da beneficiária de **regime aberto** e, ao contrário, do pedido formulado a agravante cumpre pena em regime fechado.

Aliás, embora seja mãe de filho menor de 12 anos, é necessária a demonstração de que seja a única responsável pela criança ou que não possuam outros parentes ou pessoa próxima que dela possa cuidar, sendo esta uma das condicionantes fixadas para a concessão da benesse, no julgamento do HC 165.704 pela 2ª Turma do E. S.T.F. de Relatoria do Preclaro Ministro Gilmar Mendes, não evidenciado nos autos.

Frise-se, por importante, que o art. 318, do Código de Processo Penal, não se aplica ao caso concreto, pois a prisão é decorrente de execução de pena



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

definitiva (trânsito em julgado em 30/8/2022, para o Ministério Público e em 14/9/2022, para Pamela Maiara Turatti) e não de prisão preventiva.

Como se vê, o Juízo da Execução, além de estar mais próximo à realidade do complexo carcerário sob sua jurisdição, justificou pormenorizadamente o indeferimento do pedido de prisão domiciliar (cf. fls. 6/7).

Por fim, importante ressaltar que, a prisão domiciliar é reservada aos condenados que cumprem suas penas em regime aberto e, ainda que se admita, excepcionalmente, por razões humanitárias, sua concessão a presos mantidos em outros regimes, o deferimento da pretensão estará sempre condicionado à presença das hipóteses previstas pelo artigo 117 da Lei de Execução Penal. No caso dos autos, o simples fato de a agravante ser gestante - sem apresentação de quadro clínico delicado e que necessita de cuidados especiais, tornando inviável sua permanência no estabelecimento prisional - e ter filho menor de 07 anos de idade, não lhe garante o direito excepcional à prisão domiciliar.

Por fim, vale salientar que, ante a informação de 7 meses de gestação da agravante na inicial, com o decurso temporal, a agravante já não mais ostenta a condição de gestante.

Mesmo assim, vale dizer que, seria necessário demonstrar, por meios concretos, que a agravante não teria recebido tratamento gestacional adequado no estabelecimento prisional, ou mesmo, que seu filho se encontra em situação de desamparo.

Ante o exposto, **nega-se provimento** ao recurso.

ULYSSES GONÇALVES JUNIOR
Relator